

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF (URU) Julio M. OLMEDO

EMPREGO DE MEIOS MILITARES EM ATIVIDADES DE USO LIMITADO DA FORÇA:

a importância da correta escolha do Centro de Gravidade para o planejamento.

Rio de Janeiro

2019

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEMOS 2019

EMPREGO DE MEIOS MILITARES EM ATIVIDADES DE USO LIMITADO DA FORÇA:

a importância da correta escolha do Centro de Gravidade para o planejamento.

Rio de Janeiro

2019

CF (URU) Julio M. OLMEDO

EMPREGO DE MEIOS MILITARES EM ATIVIDADES DE USO LIMITADO DA FORÇA:

a importância da correta escolha do Centro de Gravidade para o planejamento.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Leonardo COUTINHO

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

“Sem a arte operacional, a guerra seria uma série de ações táticas disputadas aleatoriamente, com atrito relativo a única medida de sucesso ou fracasso”

(MILAN VEGO, 2009, p. 1-6).

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Maria Fernanda e a minha filha Ágata, por estarem sempre ao meu lado, deixando tudo pela minha profissão, prestando apoio e compreensão. Por sempre acreditar em mim, em todos os desafios da minha carreira.

Ao meu assessor, o CF Leonardo COUTINHO, por seus conselhos e ajuda durante o processo de trabalho.

Além disso, gostaria de agradecer ao Capitão do Mar e Guerra (R) Daniel CLEFFI, da Armada do Uruguai, por sua disposição e marcar o caminho em uma parte importante do trabalho.

Finalmente, ao meu sogro Coronel (R) Ulysses PRADA, que leu todos os progressos do trabalho, incentivando a chegar com força no final dele.

RESUMO

Na preparação do plano de campanha, uma das coisas mais importantes é determinar o Centro de Gravidade do inimigo, onde todas nossas forças vão se acionar para obter a vitória, já seja por aproximação direta ou indireta. Ao nível operacional, durante o Processo de Planejamento Operacional o Centro de Gravidade deve ser determinado com a maior precisão possível devido que nos pode levar a alcançar os objetivos operacionais e em consequência contribuir com os objetivos estratégicos. Muitas vezes, determinar mal o Centro de Gravidade do inimigo, pode nos levar a obter resultados desastrosos, chegando a utilizar demasiados meios e inadmissíveis perdas humanas e, conseqüentemente, não alcançar o Estado Final Desejado (EFD) planejado ao cessar das operações militares. O presente trabalho analisa diferentes doutrinas e definições de teóricos sobre a Arte Operacional, Desenho Operacional e seus elementos, fazendo foco no Centro de Gravidade com sus fatores críticos e método de análise. Elegeram-se dois casos históricos, os quais se diferenciam no resultado da campanha militar, logo que se determinou o centro de gravidade do inimigo, planejaram-se as ações enfocados neste, a efeitos de alcançar o Estado Final Desejado determinado pelo nível superior. Através da apresentação destes fatos históricos conjuntamente com o desenvolvimento teórico, intentou-se demonstrar a importância na eleição do Centro de Gravidade no Processo de Planejamento Operacional de uma campanha militar.

Palavras Chave: Centro de Gravidade, Arte Operacional, Desenho Operacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Hierarquia dos Objetivos por níveis.	12
Figura 2- Exemplo de Desenho Operacional.....	24
Figura 3- Análise do CDG.....	33
Figura 4- Matriz “Lines/Slices” Gral. Tommy Franks	37
Figura 5- Comparação - Guerra do Golfo I e II.....	39
Figura 6- Brasão de Armas Montevideú.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AO	Arte Operacional
ADM	Armas de Destruição em Massa
CC	Capacidades Críticas
CDG	Center of Gravity – Centro de Gravidade
CO	Comandante Operacional
DO	Desenho Operacional
EFD	Estado Final Desejado
EFDM	Estado Final Desejado Militar
EFDP	Estado Final Desejado Político
EM	Estado Maior
EO	Estratégia Operacional
EUA	Estados Unidos da América
LOO	Linhas de Operações.
OEM	Objetivos Estratégicos Militares
OEN	Objetivos Estratégicos Nacionais
OET	Objetivos Estratégicos de Teatro
OIEA	Organização Internacional de Energia Atômica.
ONU	Organização das Nações Unidas
OOp	Objetivos Operacionais
OT	Objetivos Táticos
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PD	Pontos decisivos
PO	Ponto Culminante
PPC	Processo de Planejamento Conjunto
RC	Requerimentos Críticos
TDG	Teatro da Guerra
TO	Teatro de Operações
VC	Vulnerabilidades Críticas
VUCA	<i>Volatilite, Uncertainte, Complexite and Ambiguite</i> (volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONCEITO DO CENTRO DE GRAVIDADE	14
2.1 Ambiente Complexo (VUCA).....	14
2.2 Arte Operacional.....	17
2.3 Desenho Operacional.....	21
2.4 Principais elementos do Desenho Operacional	23
2.5 Centro de Gravidade (CDG).....	25
2.6 Fatores Críticos.....	30
2.7 Análise do Centro de Gravidade.....	31
2.8 Análise do Conflito do Atlântico Sul	31
3. FATO HISTÓRICO – ESCOLHA DO CDG EXITOSO.....	35
3.1 Operação Iraqui Freedom	35
4. FATO HISTÓRICO – CENTRO DE GRAVIDADE ERRÔNEO.....	41
4.1 Um pouco de história.....	41
4.2 Conquista de Buenos Aires.....	46
4.3 Segunda tentativa de Invasão (Montevideú-Buenos Aires)	48
4.4 Análise operacional (Centro de Gravidade)	49
5. CONCLUSÕES	52
REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

As operações militares encontram-se imersas em um ambiente operacional complexo e ambíguo, de onde tudo muda rapidamente, devendo os líderes militares de cada organização adaptar-se para poder conduzir as operações, líderes que se convertem em Comandantes de Teatro de Operações quando são designados pelo nível estratégico, enfrentando-se mais problemas complexos, em conflitos não convencionais, contra oponentes não definidos, aos quais denominamos adversários não tradicionais.

Os Comandantes de hoje, devem aplicar toda sua experiência, conhecimento, intuição e uma forte liderança para conduzir suas forças na resolução dos problemas militares que se levantam no exercício de seu comando.

Há elementos essenciais que todo Comandante deve conhecer, o ambiente operacional de onde vão desenvolver-se as ações, quando o conflito termina e se tem claramente qual é o Estado Final Desejado (EFD) pretendido pelo nível superior, sendo estes elementos críticos no Processo de Planejamento Conjunta (PPC).

Em princípio, estes Comandantes devem entender claramente os três níveis da guerra, sendo estes: o nível estratégico, o nível operacional e o nível tático; conseguindo ter uma melhor compreensão em que nível se encontra a Estratégia Operacional, com seu correspondente relacionamento com os diferentes níveis da condução da guerra.

CONDUÇÃO MILITAR¹				
Nível	Comportamento	Empregado Por	Base	Enfrentamento
Estratégico	Dialético	Governantes	Poder	Vontades
Estratégico Operacional	Heurístico	Comandantes Operacionais	Força e Poder	Manobras
Tático	Algorítmico, Qualitativo e Empírico	Comandantes Táticos	Força	Meios de Combate

Tabela 1- Níveis da Guerra e a Condução Militar

¹ (Pertusio, 2005) pág. 20

Essa compreensão ajudará ao Comandante vislumbrar quem tem a responsabilidade em cada um deles, clarificando as conexões existentes entre os objetivos políticos y as ações táticas levadas a cabo no campo de confrontação entre dos forças oponentes, tendo em conta que os limites entre cada nível são difusos.

O *nível estratégico* se divide em: Estratégia Nacional e a Estratégia Militar, em que aquela aplica todos os recursos nacionais para alcançar os objetivos da política nacional, enquanto esta aplica os recursos militares para contribuir e alcançar os objetivos nacionais.

A Estratégia Nacional opera a nível político e é o mais alto nível de condução da guerra, nela se determinam os Objetivos Estratégicos Nacionais (OEN), dos quais se utilizam todos os poderes nacionais para alcançá-los. A Estratégia Militar se estabelece os Objetivos Estratégicos Militares (OEM), onde são instituídos os limites como também a avaliação dos riscos envolvidos no emprego dos meios militares e os demais poderes nacionais.

Como afirma Milan Vego em seu livro “Arte Operacional” a importância da interação da liderança civil e militar neste nível para estabelecer os correspondentes objetivos e da forma na qual devem trabalhar conjuntamente:

O uso da força militar deve ser bem pensado e integrado a todos os outros elementos do poder nacional (político, diplomático, econômico, psicológico etc.) A liderança civil e militar deve trabalhar em conjunto para determinar objetivos estratégicos específicos que possam ser alcançados militarmente. e que contribuam para a realização dos objetivos nacionais desejados. A responsabilidade dos líderes militares no nível estratégico é garantir que aqueles que tomam decisões políticas atribuam objetivos militares claros e realistas. (tradução nossa²)

O *nível operacional* é aquele que conecta o nível estratégico com o nível tático, dito de outra forma, seria ele que conecta entre os objetivos da guerra com os objetivos na guerra. Neste nível se planejam, conduzem e sustentam as operações militares para alcançar os objetivos

²No original: El empleo de la fuerza militar debe ser bien meditado e integrado con todos los otros elementos del poder nacional (político, diplomático, económico, psicológico, etc.) El liderazgo civil y militar debe trabajar junto para determinar objetivos estratégicos específicos que se puedan militarmente lograr y que contribuyan a la consecución de las metas nacionales deseadas. La responsabilidad de los líderes militares en el nivel estratégico es la de asegurarse que quienes toman las decisiones políticas asignen objetivos militares claros y realistas. (VEGO, ARTE OPERACIONAL, 1998) pág. 85

fixados pela estratégia militar; define-se como se vão desenvolver as operações militares, tomando como referências os objetivos impostos pelo nível estratégico.

De igual forma estabelecem os objetivos operacionais, que contribuirão para alcançar os objetivos estratégicos militares e conseqüentemente contribuir com os objetivos estratégicos nacionais. Este nível está focado no planejamento e execução de operações utilizando a Arte Operacional (AO), para desenvolver as campanhas ou operações maiores, na qual se organizem e empreguem as forças militares, integrando os fins da guerra (*ends*), os meios a utilizar (*means*), e como se utilizaram esses meios (*ways*)³.

No *nível tático* é de onde se planejam e se executam os combates com os meios militares, com o fim de cumprir os objetivos que se estão dispostos às unidades táticas.

Pertusio, em seu livro “Estratégia Operacional”, o descreveu da seguinte maneira:

No nível tático impera o comportamento algorítmico; o ator A dispõe-se de tantas brigadas, tantos blindados, tantos aviões de combate etc.; e assim o compara com os atores B, C etc. Porém, o frio comportamento algorítmico, quantitativo, para poder ser justificado em sua real valia, deve estar acompanhado por sua componente qualitativo; este abarca um amplíssimo espectro, que vai desde amoral do combatente aos aspectos de conservação do material e grau de complexidade dos sistemas de armas, sem descuidar, por certo, a idoneidade e adestramento para seu emprego (PERTUSIO, 2005, p. 18).

O escalão de comando tático concentra-se quase exclusivamente no combate físico, ou seja, a aplicação militar de a força para alcançar uma série de específicos objetivos táticos.⁴ Com respeito à hierarquia dos objetivos militares, Milan Vego, deixa claramente expressas as diferenças entre eles, em seu livro “Joint Operational Warfare”⁵; eles são diferenciados de acordo com seu nível.

³ (JP-1 Chairman of the Joint Chiefs of Staff (CJCS)., 2013)

⁴ (VEGO, ARTE OPERACIONAL, 1998) pág. 87

⁵ (VEGO, Joint Operational Warfare - Theory and Practice, 2009)

No nível estratégico, há dois objetivos, o Objetivo Estratégico Nacional e o Objetivo Estratégico Militar. A nível Operacional dependendo se um país tem em um Teatro de Guerra (TDG) dois ou mais Teatros de Operações (TO), devem-se alcançar os Objetivos Estratégicos de Teatro (OET), e no mesmo nível, se encontram-se os Objetivos Operacionais (OOp) em cada um dos TO; logo por último se estabelecem os

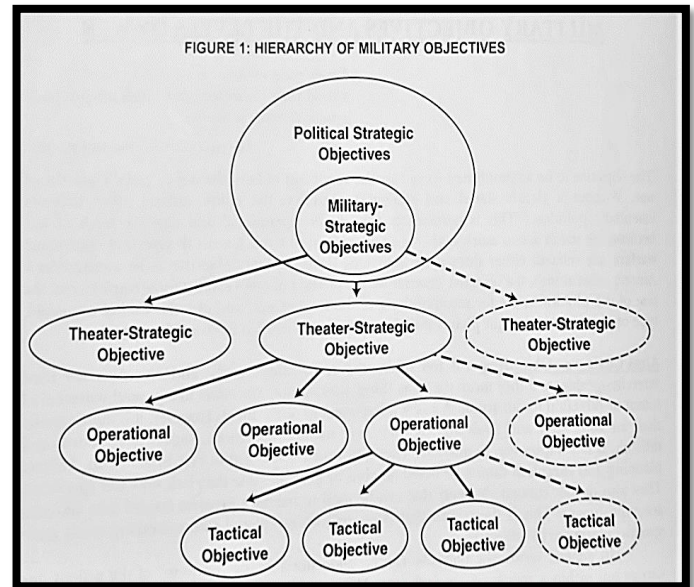


Figura 1- Hierarquia dos Objetivos por níveis (VEGO, *Joint Operational Warfare - Theory and Practice*, 2009).

Objetivos Táticos (OT) no nível tático. Cada um deles contribuem uns ao outros; primariamente, determinam-se de cima até abaixo; logo se contribuem de baixo até em cima; tentando assim contribuir com o Estado Final Desejado (EFD) que se há imposto a nível político, cabe aclarar que dizemos contribuir, devido que os OEN não somente se logram a cumprir com os OEM, deve-se cumprir os objetivos estabelecidos em cada um dos poderes invocados em uma situação dada.

O presente trabalho se situará especificamente no nível operacional, pondo foco no conceito de Centro de Gravidade, um dos elementos constitutivos do Desenho Operacional (DO) de uma campanha militar, deste desenho se encontra um dos passos do PPC.

Em continuação, apresentaremos o objetivo do presente trabalho:

Para o êxito em uma campanha militar, é tão importante a correta eleição do Centro de Gravidade no PPC?

Para efeitos de resposta, a citada questão, nós planejamos desenvolver o marco teórico do Desenho Operacional, centrando-nos no conceito do Centro de Gravidade.

Logo desenvolveremos a análise de fatos históricos, com desenlace diferenciado, no qual Centro de Gravidade foi influente nos resultados finais.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos centrais e um de conclusões. Inicialmente, no capítulo 2, demonstraremos a definição de Arte Operacional, para um melhor entendimento ao definir desenho operacional e seus elementos constitutivos, enfocando-nos na definição do conceito Centro de Gravidade (CDG) com seus elementos; sendo este o marco teórico do presente trabalho.

No capítulo 3, se exporá um fato histórico, onde a boa eleição do CDG levou a completar com sucesso a campanha militar, sendo escolhida a “Operação Iraqi Freedom” na Guerra do Golfo no ano de 2003.

No capítulo 4, caso contrário ao que se expôs no capítulo anterior, será explorado um fato histórico no qual, a má eleição do CDG fez fracassar a missão, não alcançando contribuir com o Estado Final Desejado imposto pelo nível estratégico. Neste caso, foram eleitas as Invasões Inglesas no Rio da Prata, fato ocorrido entre os anos 1806 e 1807.

Com respeito aos aspectos técnicos metodológicos do trabalho, a técnica empregada foi a análise bibliográfica de fontes primarias e secundárias baseadas em publicações conjuntas vigentes, livros, artigos e trabalhos de investigação do âmbito regional e internacional relacionados ao tema do presente trabalho.

Em relação a motivação pessoal para realizar o presente trabalho foi o interesse que despertou o tema de Desenho Operacional quando realizei o Curso de Estado Maior na Escola de Guerra Naval da Armada de Uruguai no ano de 2018.

2. CONCEITO DO CENTRO DE GRAVIDADE

O presente capítulo por objetivo expor a definição do Centro de Gravidade (CDG) na atualidade. Essa definição desenvolve-se por meio de algumas teorias que têm dado forma a um complexo conceito que, sem dúvidas, gera muitas discussões na forma de determiná-lo como um dos principais elementos do desenho operacional.

Para começar o capítulo, inicialmente, definiremos o ambiente operacional no qual deverão operar os Comandantes Operacionais e com as definições de Arte Operacional, Desenho Operacional e seus principais elementos, desenvolver o conceito de Centro de Gravidade e sua posterior análise, logo que for determinado.

2.1 Ambiente Complexo (VUCA⁶)

A globalização, a interconexão de dados e os diferentes tipos de oponentes fazem com que o ambiente operacional seja muito complexo e, por sua vez, sempre ocorre quando se apresenta um problema militar. Porém, agora, deve somar-se ao problema a velocidade com que ocorrem os eventos nestes tempos, devendo estar preparado para poder respondê-los, da melhor maneira possível, dando uma contínua resposta a essas situações, tendo uma melhor adaptação àquela que adquiriram nossos oponentes.⁷

Tal ambiente floresce em sistemas econômicos abertos, fomentando um comércio aberto de grande escala com marcas que se posicionam no mundo com muito mais facilidade e uma grande interdependência das economias dos Estados.

As comunicações e a tecnologia da informação conjuntamente com o crescente transporte mundial fazem com que as atividades que ocorrem pelo mundo estejam constantemente monitoradas, permitindo num instante o que se passa em qualquer parte do globo.

⁶ (por sua sigla em inglês, *Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity*)

⁷ (Training, 2013) pág. 4

Qualquer evento que surja em qualquer parte do mundo termina afetando diretamente outras regiões, em diversos aspectos, quase instantaneamente. Todavia devemos ter em conta que a globalização também tem destaque com diferentes grupos de extremistas, grupos terroristas ou ao crime organizado, que se expande por todas as regiões do mundo.

Muitas vezes, é muito difícil identificar as ameaças às quais enfrentamos. Há uma confusa linha do que é considerada uma ameaça interna ou externa, já que muitas vezes ameaças internas estão sendo apoiadas por outros atores externos, que têm um interesse em determinado Estado ou região sem que tenhamos conhecimento disso.

Não há dúvidas de que isso gera conotações de segurança muito importantes, somado ao mundo em que vivemos, que é interdependente e muito vulnerável aos problemas que ocorrem em qualquer região do mundo, como por exemplo, o terrorismo, o ciberterrorismo, as crises econômicas, a escassez de recursos naturais e os constantes deslocamentos das populações afetadas por algum conflito ou crise, que desestabiliza países ou regiões inteiras, como o atual exemplo da crise venezuelana ou a guerra na Síria, que têm impacto direto sobre os países limítrofes (ou como no caso pontual da Síria), onde muitos refugiados instalaram-se ou trataram de refugiarem-se em diferentes países da Europa⁸.

A segurança global já não se resolve somente com o uso do poder militar. Deve haver uma conjugação de todas as expressões do Poder Nacional (político, econômico, psicossocial, científico-tecnológico e militar). Adquiriu-se uma grande capacidade de transmitir ou receber dados instantâneos, crescendo de maneira exponencial, tanto em velocidade como em volume da informação. Isso permitiu que os diferentes atores tenham acesso muito mais rápido à informação a qual melhora seu processo decisório. Isso pode ser um benefício, mas também

⁸ www.eluniversal.com.mx/mundo/cronologia-siete-anos-de-conflictos-en-siria

nossos oponentes posem acesso a capacidades idênticas e, muitas vezes, são indetectáveis, o que faz muito mais complexo o ambiente operacional em que se deve operar.

Isso nos leva completamente o termo “VUCA”; convivemos em um *ambiente volátil*, que requer de nós reações rápidas às mudanças que se produzem, exigindo uma adaptação rápida e precisa às situações, as quais são imprevisíveis e estão fora de nosso controle; um *ambiente incerto*, ainda que se tenha uma ampla disponibilidade de informação, quase que instantânea, muitas vezes, não há tempo suficiente para processá-la ou não são de todo úteis para poder compreender o que se sucede ou que poderia chegar a acontecer em um futuro. Mudanças inesperadas pressupõem novos paradigmas e aquelas soluções que utilizamos, algumas vezes, não são aplicáveis em problemas futuros. *Ambiente complexo* refere-se às inúmeras variáveis que se encontram relacionadas às situações que se nos apresentam. Isso representa uma grande dificuldade para compreender as interações entre elas ou os fatores que influem dentro de um mundo altamente interdependente (Howe, 2015).

Por último, um *ambiente ambíguo* se refere à falta de clareza do significado das causas e circunstâncias de um acontecimento; muitas vezes não temos respostas corretas a nossas perguntas, já que tudo é ambíguo, o importante é tomar decisões que realmente sejam correspondentes à situação e sejam eficientes.

Como foi expresso pelo Contra-almirante Gardner Howe da US Navy, para poder operar efetivamente devemos adestrar repetidamente, adquirir uma “expertise” técnica e competências táticas, as quais podem ser aplicadas em situações que nos são familiares. Mas isso não é suficiente no complexo mundo VUCA, os Comandantes Operacionais deverão adquirir as habilidades de analisar e sintetizar a informação que emergem continuamente para poder tomar decisões corretas que cumpram com as demandas das situações incertas e ambíguas que se apresentarem (Howe, 2015). O pensamento crítico e estratégico são outras competências necessárias permitirá lidar com os desafios contínuos que nos levanta o complexo mundo

VUCA; a observação da situação, análise crítica e conceber campanhas que se correlacionam efetivamente os fins e os meios e formas de levá-las a cabo são a chave do êxito, o qual poderá ser alcançado por meio da aplicação da Arte Operacional onde, com sua visão e criatividade, se combinará os diferentes elementos do desenho operacional.

2.2 Arte Operacional

A Arte Operacional (AO) tem um significado muito diverso do qual tem sido definido e interpretado de diferentes maneiras, no presente capítulo tentar-se-á formar uma definição que explique essa diversidade, apresentando distintas definições de doutrinas de diferentes origens.

A Doutrina Conjunta das Forças Armadas dos EUA a define da seguinte maneira:

A arte operacional é a abordagem cognitiva de os Comandantes e seus Estados Maiores -apoiada por sua habilidade, conhecimento, experiência, criatividade e julgamento- para desenvolver estratégias, campanhas e operações para organizar e empregar forças militares integrando fins, meios, meios e riscos. A arte operacional é inerente a todos os aspectos do design operacional (tradução nossa⁹).

A definição mostra como é complexo para o Comandante Operacional e seu Estado Maior (EM) desenvolverem as estratégias e as diferentes campanhas, assim como organizarem as forças militares devendo integrar os meios, fins, formas e os riscos inerentes. Faz-se referência que a aplicação da Arte Operacional permitirá ao Comandante Operacional e seu Estado Maior, determinar quando, onde e qual é o propósito das forças que irão se empregar, como também a influência sobre a disposição do inimigo antes de entrar em combate; dito de outra maneira, é por meio da aplicação da arte, que se determinará de que forma as forças serão utilizadas, como se executar-se-á as campanhas e operações maiores para poder cumprir os objetivos operacionais e, conseqüentemente, contribuir para alcançar o EFD político. Como se

⁹ No Original: Operational art is the cognitive approach by commanders and staffs— supported by their skill, knowledge, experience, creativity, and judgment—to develop strategies, campaigns, and operations to organize and employ military forces by integrating ends, ways, means, and risks. Operational art is inherent in all aspects of operational design. (JP-5 Chairman of the Joint Chiefs of Staff (CJCS)., 2017)

expressa na definição, o AO é apoiada pelas habilidades, conhecimentos, experiência, criatividade e juízo de seu Comandante Operacional e seu EM, na busca de compreender os objetivos estratégicos traçados pelo nível superior da condução da guerra, descrevendo o EFD e de que forma utilizaram os meios atribuídos para cumprir com os objetivos que lhe foram confiados. Se bem que, se têm estabelecidos os processos de planejamento, no qual se descrevem as fortalezas e debilidades do oponente, bem como as próprias, para logo desenvolver uma análise científica determinada. Não se deve deixar de lado que os enfrentamentos entre forças oponentes são liderados e levados a cabo por humanos, que se baseiam na aplicação da AO, apoiados pelo amplo conhecimento e experiências de seus Comandantes, conjuntamente com seu EM que os apoia no desenvolvimento e planejamento das campanhas, as quais possuem características intangíveis, não sendo algo fácil de classificar ou contestar.

Milan Vego definiu a Arte Operacional da seguinte forma:

Um componente da arte militar relacionado com a teoria e a prática de planejar, preparar, conduzir e sustentar campanhas e grandes operações destinadas a realizar objetivos estratégicos ou operacionais em um determinado teatro. (tradução nossa ¹⁰)

Neste caso, há relação com a teoria e a prática de planejar e conduzir as campanhas, sem mencionar a integração dos meios, fins, formas e riscos. Vego, expressa que a Arte Operacional é o enlace entre a estratégia e a tática, destacando que, se é muito débil ou é inexistente este enlace, não resultarão estratégias favoráveis que possam alcançar os objetivos determinados de forma rápida ou decisiva. Os componentes da condução da guerra estão intimamente relacionados, sendo uma relação altamente dinâmica, não existindo uma linha clara que separe a estratégia, arte operacional e a tática. Ele afirma que aplicar a Arte Operacional é a chave para ganhar em curto tempo e com a menor quantidade de possíveis baixas de pessoal como de

¹⁰No original: A component of military art concerned with the theory and practice of planning, preparing, conducting, and sustaining campaigns and major operations aimed at accomplishing strategic or operational objectives in a given theater. (VEGO, Joint Operational Warfare - Theory and Practice, 2009) pág. I-4

perdas materiais. Põem-se como exemplo dois oponentes de capacidades similares, o que vai impor sua vontade será aquele que pense, analise melhor e atue mais rápido com uma maior determinação que o outro.

Não obstante a importância de contar com meios melhores e mais avançados tecnologicamente, apenas o simples fato de possuí-los somente não basta para poder se obter a vitória, como tampouco garantir que quem possuir um melhor pensamento crítico será quem impor-se-á em um enfrentamento, se destacando a importância do equilíbrio entre o pensamento crítico e possuir melhores meios que o oponente.

A Doutrina do Reino Unido define em sua publicação “Joint Operation Planning” da seguinte maneira:

A orquestração de todas as atividades militares envolvidas na conversão de objetivos estratégicos em ações táticas, com vistas a buscar um resultado decisivo. (tradução nossa)¹¹

Enfatizar-se a importância que o Comandante Operacional deva ter uma compreensão completa do problema levantado e, principalmente, um conhecimento do oponente o mais completo possível, devendo ter a capacidade de visualizar as diferentes ações táticas que lhe provém solução ao problema. Destaca-se que o Comandante deverá ter cabal conhecimento das capacidades de suas forças e principalmente dos efeitos que produzem ao serem utilizadas, porém não só os efeitos sobre o oponente, mas também nas suas próprias forças, já que muitas vezes suas forças são produto de uma coalizão ou aliança que, geralmente, operam separadamente. A doutrina faz menção ao pensamento criativo e inovador que deve ter o Comandante Operacional e seu EM, para poder desenvolver soluções aos problemas que se lhe apresentem.

¹¹ No original: The orchestration of all military activities involved in converting strategic objectives into tactical actions with a view to seeking a decisive resultpág. (Joint Warfare Publication 5-00 U.K, 2004) 2-5 pág.206

As ideias que surgem do mencionado pensamento denominam-se “Ideias Operacionais”, definindo-as como o resultado da aplicação da Arte Operacional e que são, finalmente as intenções do Comandante que, posteriormente, serão as bases do Plano de Campanha, refinado pelo processo do Desenho Operacional, ferramenta que desenvolveremos nas próximas páginas.

Apresentar-se-á como última citação, a definição da Doutrina Conjunta Aliada da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) da seguinte maneira:

A arte operacional emprega forças, em conjunto com outras agências, para alcançar objetivos estratégicos e operacionais através do design, organização, integração e condução de estratégias, campanhas, operações principais e batalhas. (tradução nossa)¹²

Destaca-se que é dado ao Comandante Operacional a clareza e a lógica, ainda que muitas vezes seja intuitiva, para poder desenvolver um plano de acordo com o problema. Os problemas que quase sempre são muito complexos (recordemos as definições do mundo VUCA) e, geralmente, não são estruturados, pelo qual as possíveis soluções tampouco são estruturadas.

Arte e ciência possuem o mesmo peso, porque se entende que todo Comandante deve dar enfoque tanto na arte quanto na ciência, buscando um equilíbrio entre ambas. Mediante a análise da situação, deverá se compreender todos os detalhes do conflito, devendo entender tanto as causas perceptíveis como aquelas que estão solapadas e são de difícil percepção, geralmente as mais importantes de um conflito.

Essas análises deverão se manter continuamente devido ao fato de que as ações militares, como outros tipos de acontecimentos relacionados ao conflito, estão em contínua mudança, podendo haver alterações nas condições iniciais.

¹²No original: Operational art is employing forces, in concert with other agencies, to achieve strategic and operational objectives through the design, organization, integration and conduct of strategies, campaigns, major operations and battles. (AJP-01 ALLIED JOINT DOCTRINE EDITION E, 2017) pág. 4-5 par. 4.12

Para poder encontrar uma harmonia dos meios com os fins, como se destaca na definição dada, ao Comandante Operacional e seu EM, deveriam fazer-se as seguintes perguntas:

1. Qual é o Estado Final desejado por pelo nível político? (fins) (ends)
2. Qual é a sequência de ações para levar a cabo, que seja a que mais provavelmente nos leve a criar as condições necessárias? (formas) (ways)
3. Que recursos são necessários para levar a cabo essas ações? (meios) (means)
4. Qual é o risco que implica realização dessas sequências de ações necessárias? (riscos) (risk)

Respondendo assertivamente essas perguntas, poderíamos dizer que o Comandante está encaminhando de boa forma a possível solução ao problema levantado pelo nível superior.

Como mencionado a Arte Operacional pode ter diferentes interpretações, porém baseado no que foi investigado nas diferentes doutrinas ou teóricos poderíamos capturar uma definição que deixe um pouco mais claro o conceito de Arte Operacional, definindo-o como: *Um processo criativo com um enfoque cognitivo pelo qual o Comandante Operacional e seu EM empregam eficazmente as capacidades militares das forças designadas a um teatro operacional determinado pelo nível superior, por meio do desenvolvimento de estratégias que integrem os fins, formas, meios e riscos inerentes, levadas a cabo por meio de campanhas e operações maiores com efeitos de alcançar os objetivos operacionais determinados e consequentemente contribuir ao Estado Final desejado pelo nível político* (definição nossa).¹³

2.3 Desenho Operacional

O desenho operacional (DO) é um processo primário do Processo de Planejamento Conjunto (PPC), que ajuda ao Comandante Operacional a visualizar como as ações militares se relacionam entre si no desenvolvimento de uma operação, assim como também se organizam

¹³ Definição desenvolvida pelo autor tentando esclarecer o conceito de Arte Operacional.

as capacidades militares conjuntas em tempo, espaço e massa. Dito de outra forma como se conjugam os fatores operacionais¹⁴, os quais devem ser tidos em conta para uma correta articulação de uma campanha ou operação maior, na busca de conquistar a tão importante liberdade de ações necessária que leve a alcançar os objetivos determinados. Para que ele seja de grande utilidade, o desenho operacional deve apresentar de forma clara e concisa a visão do Comandante Operacional e quais são as suas intenções para poder alcançar os objetivos operacionais, os quais vão a contribuir no atingimento do EFD militar e conseqüentemente com o EFD político.

A Doutrina Conjunta Espanhola destaca o seguinte sobre o desenho operacional:

Mostra a visão que o comandante operacional tem da campanha ou operação, para que, partindo de uma situação inicial (não desejada), as forças sob seu comando levem a cabo ações, em tempo, forma e espaço, que consigam os efeitos que permitam alcançar as condições decisivas (decisive conditions - DC) que lhe levem a consequência dos objetivos operacionais e assim colaborar a alcançar a situação final desejada.(tradução nossa¹⁵)

Destaca-se que o desenho operacional é levado ao mesmo tempo de duas formas, uma gráfica e outra escrita; a gráfica é a forma que possibilita ao Comandante Operacional compreender melhor como se desenvolvem as ações, na diferentes Linhas de Operação (LOO). Enquanto a escrita se refere aos detalhes da intenção que tem o Comandante e que ações devem levar-se a cabo e que efeitos estas produzem, se são cumpridas, também se descrevem quais são as condições decisivas (Pontos Decisivos) a conquistar em uma dada sequência e sua fase correspondente que se deve cumprir para conquistar os objetivos estabelecidos, sempre tendo em conta que as ações planejadas levem a obtenção dos pontos decisivos, e conseqüentemente, a conquistar os efeitos desejados em cada um deles, consciente que o ambiente operacional

¹⁴ (VEGO, Joint Operational Warfare - Theory and Practice, 2009) pág. III-3

¹⁵ No original: plasma la visión que el comandante operacional tiene de la campaña u operación, para que, partiendo de una situación inicial (no deseada), las fuerzas bajo su mando lleven a cabo acciones, en tiempo, forma y espacio, que consigam los efectos que permitan alcanzar las condiciones decisivas (decisive conditions - DC) que le lleven a la consecución de los objetivos operacionales, y así colaborar a alcanzar la situación final deseada. (PDC-01, 2018) pág. 135

influencia diretamente sobre eles, devendo acompanhar efeitos que este ambiente produz, mitigando-os com uma constante revisão do dito desenho e de seus elementos.

2.4 Principais elementos do Desenho Operacional

Os elementos do desenho operacional são ferramentas que provêm a estrutura necessária, para ajudar a organizar as ações de nossas forças combinando os fatores operacionais, tempo, espaço e força e como visualizar o total desenvolvimento da operação. A efeito do presente trabalho, somente far-se-á referência aos principais elementos do desenho operacional, com sua correspondente definição extraída do “Joint Publication 5-0” (EUA 2017) e do MD-30 Doutrina de Operações Conjuntas Volume 1 (Brasil, 2011), nos detivemos no conceito de Centro de Gravidade, objeto desta dissertação.

- a. **Estado Final Desejado Político (EFDP):** é a condição que deve existir no ambiente operacional ao cessar das operações militares. Estas condições devem ser alcançáveis e medíveis, para que o Comandante Operacional possa determinar claramente que se haja alcançado o Estado Final Desejado Militar (EFDM). Uma efetiva planificação é consequência do claro entendimento do EFDM e das condições que devem existir ao finalizar as ações militares. Essas são determinadas pelo alto nível político (Presidente e/ou Secretário de Defesa, a exemplo dos EUA), e devem cumprir-se antes do cessar das operações militares.
- b. **Estado Final Desejado Militar (EFDM):** é um conjunto de condições que se requerem para determinar que se tenham conquistado todos os objetivos militares determinados. Geralmente, é o momento ou situação alcançada em que o alto nível político não requeira mais o uso do poder militar, para poder alcançar os objetivos estratégicos determinados.
- c. **Objetivos Operacionais (OOp):** é definido como uma meta a ser alcançada, geralmente são expressos ao término de um ou mais pontos decisivos. Em operações conjuntas, todos os esforços das forças atribuídas devem ser direcionados e concentrados para alcançar os

objetivos operacionais, os quais contribuiriam para alcançar o EFDM. Os objetivos devem ser claramente definidos, decisivos e alcançáveis pelas forças atribuídas ao Comandante Operacional.

- d. **Pontos Decisivos (PD):** pode ser um ponto geográfico, um evento chave ou um fator crítico que quando se obtém, permite ao Comandante Operacional obter uma vantagem considerável sobre o oponente ou contribuir na obtenção de um objetivo determinado. Os PD podem ser de natureza física como, por exemplo, tomar o controle de uma cidade de determinada importância para nossa campanha, uma montanha ou uma base aérea, também podem tomar o controle de uma fronteira considerada crítica ou espaço aéreo, ou as comunicações.

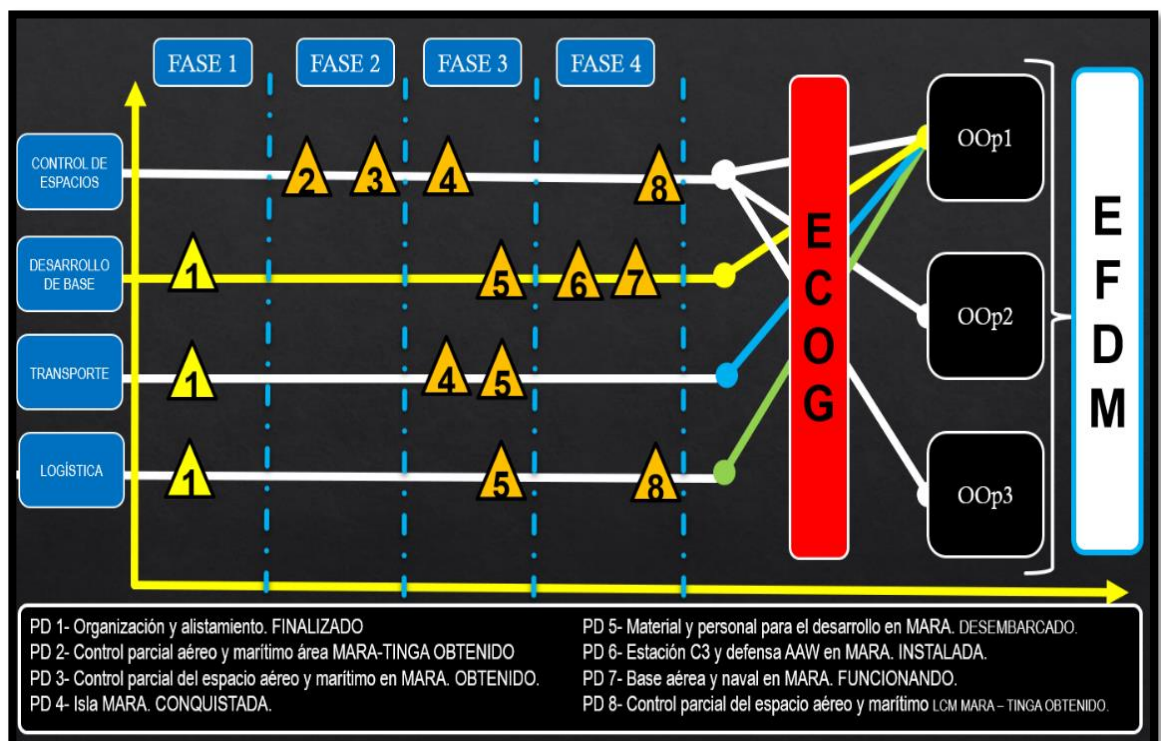


Figura 2- Exemplo de Desenho Operacional Fonte: do autor.

Muitas vezes obter o controle do espaço marítimo ou superioridade aérea ou retomar o controle de rotas imprescindíveis para nosso apoio logístico, podem ser considerados.

Estes podem contribuir de forma importante no resultado das ações. Pode-se apreciar no exemplo de desenho operacional construído para efeitos didáticos¹⁶, como se vão distribuindo os PD nas diferentes Linhas de Operações (LOO), em tempo e espaço a efeitos de obter as vantagens necessárias para poder alcançar ao CDG do oponente.

- e. **Ponto Culinante (PC)**: é o momento ou ponto dado em quais operações que estão sendo levadas a cabo deixam de ser exitosas, estas podem ser de caráter defensivo ou ofensivo. Os esforços de nossas forças são para chegar a obter os objetivos operacionais determinados antes de chegar a nossos PC, assim como também tratar de que o oponente possa alcançar seu PC antes que conquiste seus objetivos.
- f. **Linhas de Operações (LOO)**: são linhas que unem os PD em tempo e espaço, sempre em direção ao CDG do oponente ou diretamente a obter o EFDM.

2.5 Centro de Gravidade (CDG)

É um elemento a mais do desenho operacional. É o de maior importância e transcendência quando desenhamos nossa campanha, pelo qual merece um ponto a parte dos demais elementos do desenho operacional.

Vamos apresentar diferentes visões de teóricos e doutrinas de diferentes países, a efeito de tratar de aclarar um conceito sumamente discutido e estudado por muitos ao longo da linha do tempo.

Geralmente quando se debate o termo Centro de Gravidade, sempre vamos nos referir e tomar como base a Karl Von Clausewitz¹⁷ (1780-1831), que foi quem se referiu ao conceito muitas das vezes em sua obra-prima escrita “Da Guerra”, marcando as frases que fazem referência ao CDG na citada obra.

¹⁶ Desenho Operacional realizado pelo autor para efeitos didáticos.

¹⁷ Karl Von Clausewitz (1780-1831) General prussiano, historiador especializado em temas bélicos e destacado pesquisador do fenômeno da Guerra.

A exemplo, no Livro VI, capítulo 27 “A defesa de um Teatro de Operações”, menciona o seguinte:

Um centro de gravidade é sempre encontrado onde a massa estiver mais densamente concentrada. Ele oferece o alvo mais efetivo para um golpe. Além disto, o golpe mais violento é o desferido pelo centro de gravidade. O mesmo é verdadeiro na guerra. As forças combatentes de cada beligerante -seja ele um único Estado ou uma aliança de Estados- possui uma certa unidade e, portanto, alguma coesão. Onde existe coesão a analogia do centro de gravidade pode ser aplicada (Clausewitz, 1984) pág. 577.

Menciona no Livro VIII, capítulo 4 “Uma definição mais precisa do propósito militar: a derrota dói”, de onde se expressa, segundo o autor do presente trabalho, é a referência mais clara do termo Centro de Gravidade:

Devemos ter em mente as características predominantes dos dois beligerantes. Destas características forma-se um determinado centro de gravidade, o ponto central de todo o poder e de todo o movimento, do qual tudo depende. É contra este ponto que toda as nossas energias devem ser dirigidas. (Clausewitz, 1984) pág. 705

Por último, no mesmo livro, mas no capítulo 9 “O Plano de Guerra que conduz a destruição total do inimigo” menciona o seguinte.

O primeiro princípio é que demos procurar descobrir qual é a essência máxima do poderio inimigo, identificando o menor número possível de fontes e, se possível, uma única. O ataque a estas fontes devem ser condensado no menor número possível de ações - uma vez mais, se possível, numa única. (Clausewitz, 1984) pág. 732

Nas três citações sobre o CDG definido por Clausewitz, é mencionada como uma única fonte de poder, entorno do qual a massa está densamente concentrada, citando-o como um ponto central de todo poder e de todo movimento.

Aqui fica claramente definido que devemos buscar o ponto mais forte que tem o inimigo, e que, em caso de poder alcançá-lo, lhe causar dano ou derrotá-lo podemos obter a vitória e dobrar o inimigo, como o definiu em seu Livro I, capítulo 2 “o Fim e os meios da guerra”:

“...o propósito político da guerra não possui qualquer ligação com a guerra propriamente dita, pois se a guerra é um ato de violência destinado a obrigar o inimigo a fazer a nossa vontade, o seu propósito teria que ser *sempre e somente* derrotar o inimigo e desarmá-lo.” (Clausewitz, 1984)pág. 94.

Não há dúvidas que Clausewitz tem sido um dos mais importantes teóricos que tem oferecido uma grande contribuição a definição do Centro de Gravidade, sendo geralmente citado em quase todas as publicações atuais de doutrinas de diferentes países.

A continuação, analisaremos como se encontra definido na doutrina de EUA na publicação JP-5 “Joint Planning”: “O CDG é uma fonte de poder que proporciona força moral ou física, liberdade de ação ou vontade de atuar”. (tradução própria¹⁸)

Clara é a definido por Clausewitz no Livro VIII, capítulo 4 expresso nas páginas anteriores. Onde o CDG sempre está relacionado diretamente a um dos objetivos determinados a alcançar. No caso de existir um CDG em cada um dos diferentes níveis de condução da guerra, estes devem estar diretamente relacionados. Os Comandantes Operacionais devem ter a capacidade de determinar o CDG inimigo (para atacá-lo) e o próprio (para defendê-lo). Esses existem em um contexto adverso para cada um dos oponentes, que se caracteriza por um enfrentamento entre duas posições antagônicas.

Destaca-se que os CDG são determinados pela visão que cada um dos oponentes tem das ameaças existentes no ambiente operacional e os requerimentos necessários para desenvolver ou manter o poder, além da força que deve possuir para conquistar cada um dos objetivos determinados. O Comandante Operacional e seu EM, devem compreender que tanto o CDG inimigo como o CDG próprio apontados durante das operações podem mudar, para isso se deve estar constantemente avaliando o desenvolvimento das operações, ao qual ajudará a detectar ditas mudanças. Os objetivos estão relacionados com o CDG, pelo qual qualquer mudança que se produza, inevitavelmente ocasionara a mudança do CDG, algo que se deve ter em conta a fim de não gerar um gasto de recursos e esforços desnecessários atuando sobre um CDG obsoleto.

¹⁸ No Original: A COG is a source of power that provides moral or physical strength, freedom of action, or will to act. (JP-5 Chairman of the Joint Chiefs of Staff (CJCS)., 2017) pág IV-23.

No caso de Milan Vego, em seu livro “Joint Operational Warfare - Theory and Practice”
o define da seguinte maneira:

Pode ser definido como uma fonte de força massiva (física ou moral) ou uma fonte de alavancagem cuja séria degradação, deslocamento, neutralização ou destruição teria o impacto mais decisivo sobre a capacidade do inimigo ou a sua para atingir um determinado objetivo político / militar. (tradução nossa¹⁹)

No desenvolvimento de seu livro, Milan Vego menciona que a principal utilidade do o CDG é aumentar significativamente as chances de cumprir com os objetivos que foram apresentados ao Comandante Operacional, de forma muito mais rápida, conseqüentemente mais eficaz, provocando um melhor uso dos recursos disponíveis e com as menores perdas humanas possíveis. Expressa que se deve ter a capacidade de determinar o CDG próprio, a fim de protegê-lo, como também determinar o CDG inimigo para atacá-lo com a determinação necessária para derrotá-lo. Destaca que até que o CDG inimigo seja destruído ou ao menos neutralizado, o inimigo ainda possui a força necessária para seguir lutando e com a capacidade de não permitir que alcancemos os objetivos determinados. Ademais, menciona que quem possui a iniciativa da ofensiva conta com uma vantagem tática.

No ano 2018, o Coronel Dale Eikmeier²⁰ escreveu para a Revista “Military Review”²¹, onde questionava se o Centro de Gravidade ainda era relevante. Expressa que, ainda que tenha sido discutido e redefinido várias vezes, se entende que, enquanto a definição estabelecida na doutrina dos EUA no Manual JP-5, é baseada em metáforas como “fonte de poder”, “centro de poder”, se continua sem entender bem o que se quer definir, gerando debates inúteis e intermináveis, no entendimento de que qualquer coisa que seja incluída nessa definição poderia

¹⁹ No Original: “Can be defined as a source of massed strength -physical or moral- or a source of leverage whose serious degradation, dislocation, neutralization, or destruction would have the most decisive impact on the enemy’s or one’s own ability to accomplish a given political/military objective” (VEGO, Joint Operational Warfare - Theory and Practice, 2009) pág. VII-13

²⁰ Coronel Dale C. Eikmeier é atualmente um instrutor no Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas.

²¹ (Eikmeier, El centro de gravedad ¿Aún relevante después de todos estos años? , 2018)

ser um CDG. Já no ano de 2010, ele propôs uma nova definição²², asseverando que a realização baseada em uma linguagem clara, lógica e que os elementos podem ser comprovados, deixando de lado as criticadas metáforas a que faz referência. Essa definição é reafirmada no ano 2018 no artigo já mencionado ao início deste parágrafo, como: “O Centro de Gravidade é a primeira entidade que possui a capacidade inerente para alcançar o objetivo”. (Eikmeier, El centro de gravedad ¿Aún relevante después de todos estos años? , 2018)

Para efeitos do presente trabalho e tendo analisado cada uma das definições desenvolvidas anteriormente, o autor entende que como ideal o conceito desenvolvido por Dale Eikmeier por ser mais simples e compreensível, não gerando um conglomerado de metáforas que podem gerar mais confusão que a gerada pelo CDG.

Além da nova definição do CDG, outros teóricos têm ido um pouco mais além de estabelecer uma definição, instaurando métodos para sua determinação e análise, novos termos associados ao CDG como são os fatores críticos, tratando de reduzir os erros gerados, devido a uma má definição do CDG nos levará a utilizar mais recursos, desgastar nossas forças não poder dobrar nosso inimigo, sem alcançar seu real CDG, o qual o fará render-se ou retirar-se da contenda, por conseguinte alcançando nossos objetivos operacionais e conquistando nosso EFDM.

Um teórico que tem apresentados novos conceitos é Joe Strange²³, o qual definiu os fatores críticos, sendo estes características do CDG como são as capacidades críticas (CC), requerimentos críticos (RC) e vulnerabilidades críticas (VC).

²² (Eikmeier, Redefining the Center of Gravit, 2010)

²³ Dr. Joe Strange Atualmente é professor de Estudos Estratégicos, Marine Corps War College (desde janeiro de 1990). Ph.D. em História Diplomática e Militar da Universidade de Maryland, College Park (1984)

2.6 Fatores Críticos

No ano de 1996, Strange, em conjunto com o Coronel Richard Iron, no documento “Understanding Centers of Gravity and Critical Vulnerabilities Part 2”²⁴ definiu cada um dos fatores críticos da seguinte maneira:

Capacidades Críticas (CC): todo centro de gravidade tem alguma habilidade primária (ou habilidades) que o torna um centro de gravidade no contexto de um determinado cenário, situação ou missão - incluindo fases dentro de campanhas ou operações.” (tradução própria²⁵)

Requisitos Críticos (CR) são condições, recursos e meios que são essenciais para um centro de gravidade para atingir sua capacidade crítica. (tradução própria²⁶)

Vulnerabilidades Críticas (CV) são aqueles requisitos críticos, ou seus componentes, que são deficientes ou vulneráveis à neutralização ou à derrota de uma maneira que contribuirá para que um centro de gravidade não consiga atingir sua capacidade crítica. (tradução própria²⁷)

Com respeito a estas definições, Eikemeir (1996) realizou a seguinte citação:

Esses fatores e suas definições foram um tremendo passo à frente na análise COG porque criaram uma hierarquia lógica que ajudou a separar o verdadeiro COG, o fazedor, de outros concorrentes, que podem ser requisitos. Além disso, os fatores fornecem aos planejadores uma visão de como atacar ou defender um COG mostrando o que um COG faz, o que ele precisa fazer e o que é vulnerável. (tradução nossa²⁸)

Geralmente, os CDG não estão constituídos por uma só capacidade crítica e sim por um sistema complexo, onde o poder provém de várias capacidades e, se chegamos a afetar uma delas, poderíamos modificar o CDG e, conseqüentemente debilitá-lo até que cesse como CDG.

²⁴ (Iron & Strange, 1996)

²⁵ No original: Critical Capabilities (CC): every center of gravity has some primary ability (or abilities) that makes it a center of gravity in the context of a given scenario, situation or mission – including phases within campaigns or operations. (Iron & Strange, 1996) pág. 7

²⁶ No Original: Critical Requirements (CR) are conditions, resources and means that are essential for a center of gravity to achieve its critical capability. (Iron & Strange, 1996) pag.7

²⁷ No original: Critical Vulnerabilities (CV) are those critical requirements, or components thereof, that are deficient, or vulnerable to neutralization or defeat in a way that will contribute to a center of gravity failing to achieve its critical Capability. (Iron & Strange, 1996) pag.8

²⁸ No original: These factors and their definitions were a tremendous step forward in COG analysis because they created a logical hierarchy that helped separate the true COG, the doer, from other contenders, which may be requirements. Additionally, the factors provide planners insight on how to attack or defend a COG by showing what a COG does, what it needs to do it, and what is vulnerable. (Eikmeier, Redefining the Center of Gravit, 2010) pág. 158

2.7 Análise do Centro de Gravidade

Em continuação, vamos estudar um dos métodos para analisar o CDG, para o presente trabalho basearmo-nos no método desenvolvido por Strange (1996), onde relaciona o CDG com os fatores críticos.

Para efeitos de uma melhor compreensão, vamos explicar brevemente o método por meio de um exemplo em um conflito do século passado, o conflito do Atlântico Sul entre Grã-Bretanha e Argentina disputando as Ilhas Malvinas.

Devemos ter sempre em conta, que ao definir o CDG, deve ser possível alcançá-lo com as forças disponíveis. Se o determinamos e não pudermos fazer-lhe dano, simplesmente passa a ser algo descritivo, um CDG teórico²⁹. Aquele CDG que se determine, pode ter, contudo, alguma VC que se apresente por um tempo delimitado. Como exemplo desse fato podem ser os navios de transporte de uma força anfíbia, que enquanto estão como os fuzileiros navais ainda constituem o CDG, mas uma vez que as forças desembarquem, esses navios podem estar vulneráveis, mas não estariam constituindo o CDG.

2.8 Análise do Conflito do Atlântico Sul

Baseado no artigo do Major Patrik Thomé, do Exército Sueco, em seu artigo “The Role of Information Operations in Strategy, Conventional War and Low Intensity Conflict”³⁰, faremos a análise do CDG da Grã-Bretanha no Conflito do Atlântico Sul. No artigo, citam-se quais eram os EFD estratégicos de ambos países. Para o caso de Grã-Bretanha era “Restabelecimento da soberania do Reino Unido sobre as Ilhas Falkland”, para Argentina o EFD era “Imposição da soberania Argentina nas Ilhas Malvinas”.

No caso da Grã-Bretanha houve diferentes CDG, durante o transporte das tropas, o CDG era a Força-Tarefa Marítima, especificamente seus dois Porta-aviões “HMS Hermes” e o “HMS

²⁹ (Pertusio, 2005)

³⁰ (Thomé, 2006)

Invencible”. Uma vez desembarcada as Forças Terrestres, estas se constituíram no CDG Operacional.

Analisando o CDG inicial, a Força-Tarefa Marítima com seus dos Porta-aviões, possuía as seguintes Capacidades Críticas (CC):

- Estabelecer supremacia aérea temporária;
- Evitar os reforças da Força Argentina;
- Proteger a Força Anfíbia;

Seguindo com o método de análise desenvolvido por STRANGE, determinaremos quais são os Requerimentos Críticos (RC) para essas CC:

- Ter acesso às bases Americanas na Ilha Ascensão;
- Reabastecimento de combustível no mar;
- Possuir suficientes “Sea Harriers” em ordem de voo para estabelecer supremacia aérea temporária;
- Manter um bloqueio mediante a interdição de navios no mar;
- Evitar aterrissagens em Porto Argentino;
- Cobertura antiaérea na zona de desembarque anfíbio;
- Evitar que os mísseis ASM impactem os alvos;
- Evitar a localização da Força-Tarefa Marítima pelos argentinos;
- Apoio da opinião pública britânica, bem como da comunidade internacional;

E desses RC, desprendem-se as seguintes Vulnerabilidades Críticas (VC), as quais podem chegar a ser PD:

- Vontade política norte-americana para ceder o uso da Base Naval na Ilha Ascensão;
- Navios-tanques mercantes;
- Consideráveis perdas de aeronaves;

- Alcance dos sensores e do sistema de armas;
- Possibilidade de localizar navios com sistema antiaéreo dentro do alcance da zona de desembarque anfíbio;
- Sistemas de controle de tiro de defesa antiaérea dos navios escoltas;
- Insuficiente fornecimento de provisão à força;
- Falta de controle dos meios de imprensa;
- Grandes perdas próprias em desacordo com o Gabinete.

Para uma melhor compreensão, apresentar-se-á no próximo gráfico o caminho que se leva a cabo para a determinação dos fatores críticos que constituem o CDG.

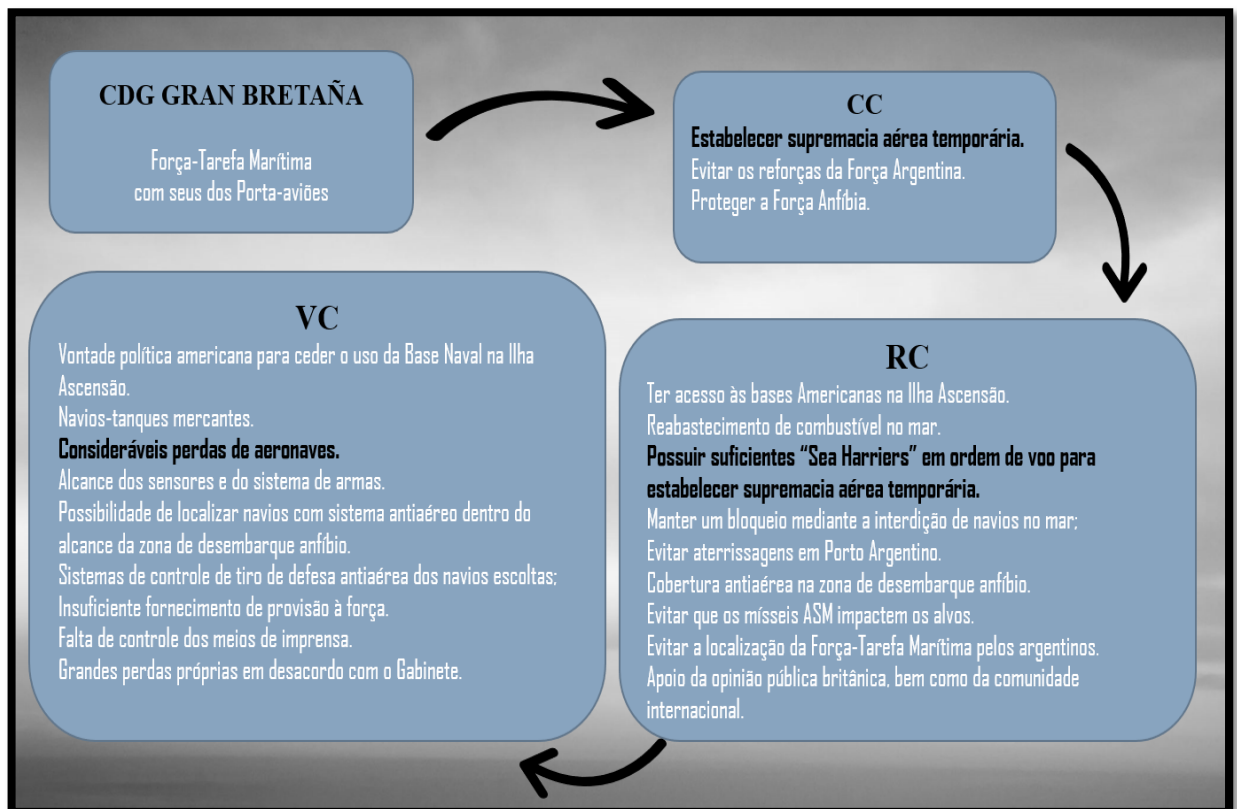


Figura 3- Análise do CDG Fonte: do autor

Por meio das VC determinadas, os Comandantes Operacionais podem neutralizar ou destruir o CDG do oponente, assim como cuidar de seu próprio, logo que houver determinado quais são as VC que tem seu próprio CDG.

Como vimos no exemplo, o CDG sustenta as CC, as quais têm RC para poder manter essas capacidades e esses RC têm VC as quais são vulneráveis.

Uma CC desses CDG é “estabelecer supremacia aérea temporária”, para mantê-la é necessário que o RC “possua suficientes ‘Sea Harriers’ em ordem de voo para estabelecer supremacia aérea temporária” e este requerimento possui a VC “consideráveis perdas de aeronaves”

Especialmente, as VC podem ser consideradas como pontos decisivos ou condições decisivas, para que o Comandante Operacional, conjuntamente com seu EM, possam determiná-los e se comprove que, uma vez afetadas por intermédio de suas forças militares, possam neutralizá-las, anulando a CC correspondente e, por conseguinte, afetando CDG, chegando a deixá-lo inativo.

3. FATO HISTÓRICO – ESCOLHA DO CDG EXITOSO

Para o presente capítulo, elegemos um fato histórico onde a boa determinação do CDG do inimigo, levou a alcançar rapidamente o êxito na campanha desenvolvida e por conseguinte os objetivos estabelecidos.

Neste caso, foi eleita a “Operação Iraqui Freedom”, levada a cabo pela coalizão internacional liderada pelos EUA contra o Iraque no ano de 2003, precisamente entre vinte de março e primeiro de maio do citado ano, na qual foi derrotado Saddam Hussein após de governar o Iraque entre os anos de 1979 e 2003³¹.

3.1 Operação Iraqui Freedom

Esta operação desenvolvida pela coalizão internacional integrada por EUA, Reino Unido, Austrália, Espanha, Dinamarca, Polônia entre outros foi desenhada e executada apesar de uma forte oposição mundial e sem haver sido autorizada o uso da força pelo Conselho de Segurança da ONU. Baseado no informe apresentado, em 7 de março de 2003 por parte do Diretor do Organização Internacional de Energia Atômica (OIEA), Doutor Mohamed El Baradei, fez uma declaração no Conselho de Segurança que não haviam encontrado nenhum tipo de prova ou indício verificável de que Iraque tinha reativado o programa de armas nucleares e que necessitava de mais tempo para finalizar a investigação de que o Iraque havia ou não reativado seu programa nuclear.³² Cabe ressaltar que, um mês antes, precisamente em cinco de fevereiro, o Secretário de Estado dos EUA, Collin Powell, tratou de demonstrar que o Iraque não havia se desarmado e, em seu entendimento, que havia violado a Resolução 1441³³ do ano 2002, advertindo sobre graves consequências que ocorreriam para o regime de Saddam Hussein. França, por intermédio de seu Ministro de Relações Exteriores, conjuntamente com outros

³¹ (EL PAIS, 2006)

³² (Jacques Baute, 2004)

³³ www.un.org/es/documents/sc/scaction/2002/iraq.htm

países, entendia que a comunidade internacional deveria priorizar uma melhora ao sistema de inspeções do que optar por uma intervenção militar.³⁴

Para a Operação “Iraqi Freedom”, foi designado como Comandante do Teatro de Operações do Oriente Médio o General Tommy Franks, liderando as forças internacionais, tendo à disposição quatro componentes (marítimo, aéreo, terrestre e de operações especiais) de diferentes países, apesar de que o esforço principal foi realizado pelas forças dos EUA. A Operação foi autorizada pelo Presidente dos EUA, George W. Bush, em 19 de março de 2003.

Bush, após de falar com os diferentes Comandantes dos diferentes componentes, recebendo de cada um deles, os diferentes reportes e a satisfação com a estratégia estabelecida, expressou o seguinte:

“Tudo certo. Por uma questão de paz no mundo e segurança para o nosso país e o resto do mundo livre. . . E pela liberdade do povo iraquiano, a partir deste momento, darei ao secretário Rumsfeld a ordem necessária para executar a Operação Liberdade do Iraque. Que Deus abençoe as tropas.” (tradução própria)³⁵

O Estado Final Desejado para a Operação “Iraqi Freedom” era conquistar um Iraque livre, sendo o objetivo estratégico remover o regime baazista de Saddam Hussein.³⁶

Estabeleceram-se como objetivos operacionais, assegurar os campos petrolíferos e a infraestrutura de água, enquanto evita-se o uso de armas de longo alcance por parte de Saddam Hussein e de Armas de Destruição em Massa.³⁷

Franks relata, em seu Livro “American Soldier”, que o objetivo político era tirar Saddam Hussein do poder de qualquer forma. Intentar-se-ia pela via diplomática, mas sim era necessário o uso do poder militar³⁸. Visualizava que, para conquistá-lo deveriam realizar pressão suficiente

³⁴ www.un.org/es/documents/sc/scaction/2003/iraq.htm

³⁵ No Original: “All right. For the sake of peace in the world and security for our country and the rest of the free world. . . And for the freedom of the Iraqi people, as of this moment I will give Secretary Rumsfeld the order necessary to execute Operation Iraqi Freedom. May God bless the troops.” (Franks, 2006) Prologue xiv

³⁶ (Leskovich, 2006)

³⁷ (Franks, 2006) pág. 389

³⁸ (Franks, 2006) pág. 338

sobre os pontos que o mantinham no poder, entendendo que Saddam começaria a cumprir e respeitar resoluções das Nações Unidas que desobedeceu por décadas, somente por sentir ameaçado o regime do qual ele era o líder. Entendia-se que a pressão tanto econômica quanto diplomática, com uma latente intervenção militar, faria Saddam ceder no programa de Armas de Destruição em Massa (ADM).

O General Franks, após um longo processo de análise e pensamento crítico, os quais devem ser o processo inicial de todo Comandante do Teatro de Operações e no afã de buscar uma aproximação de qual seria o CDG, marcou em seu diário de anotações linhas de ações que envolviam mais que ações militares, também identificou os pilares que mantinham Saddam Hussein no poder, construindo a seguinte matriz (original)³⁹, a fim de conquistar os objetivos para derrotar o regime.

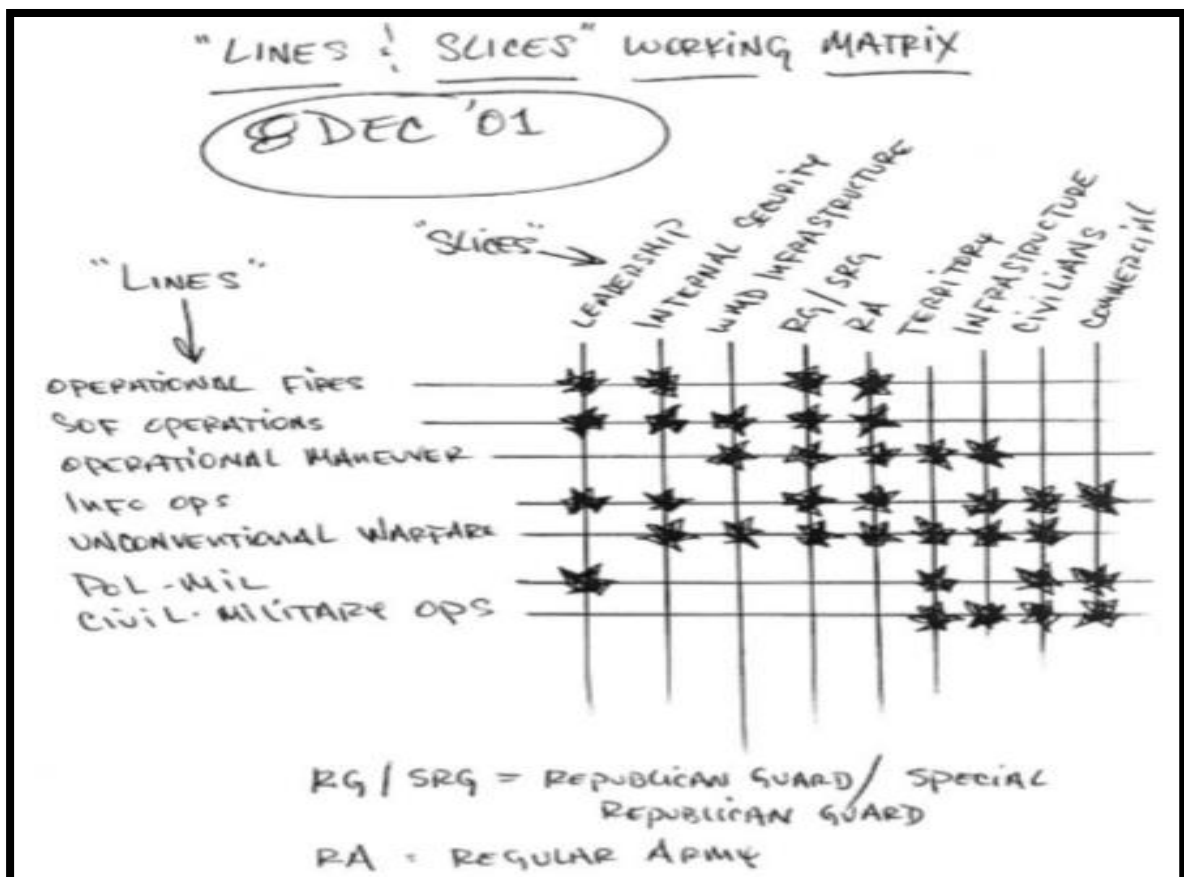


Figura 4- Matriz "Lines/Slices" Gral. Tommy Franks (Franks, 2006) pág. 340

³⁹ (Franks, 2006) pág. 340

A modo de exemplo, descreveu que a interseção entre Liderança e Fogos Operacionais significava que deveriam atacar aos líderes usando mísseis e bombas, dependendo o que seria mais adequado, buscando ajudar aos Comandantes das forças Componentes a relacionar as ferramentas específicas com os objetivos específicos.⁴⁰

Após várias análises, determinou-se que as forças mais leais ao regime Baazista e, principalmente ao seu líder Saddam Hussein eram potencialmente candidatas para ser determinadas como Centro de Gravidade e entendia que o Exército Iraquiano, baseado nas informações de Jane's e fornecidas pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, contava entre 350.000 e 375.000 homens, e que se organizava em tempos de guerra em quatro grupos principais da seguinte maneira⁴¹:

- Seis Divisões da Guarda Republicana (3 blindadas, 1 mecanizada e 2 de infantaria)
- Quatro Brigadas Especiais da Guarda Republicana, como parte de uma complexa força de 14 batalhões, os quais foram planejadas para proteger a seu líder Saddam Hussein e sustentar ao regime;
- Um Exército regular de 16 divisões, composta por 3 blindadas, 3 mecanizadas e 11 de infantaria, além de contar com 2 Brigadas de Forças Especiais;
- Um componente de aviação do Exército que contava com 2 esquadrões de asa fixa e 21 de helicópteros.

Entende-se que para o regime não cair e, por sua vez, para que Saddam Hussein, mantivesse no poder, mantendo-se o controle interno da oposição ao regime, requer-se as 4 Brigadas Especiais da Guarda Republicana e, em atenção ao EFD estabelecido para a Operação “Iraqi Freedom”, era este o CDG a destruir.

⁴⁰ (Franks, 2006) pág. 341

⁴¹ (Cordesman, 2003) pág. 44

A efeitos de validar o CDG determinado devemos realizar algumas perguntas-chave e, para este caso, entendem-se que seriam as seguintes:

- Saddam Hussein, sem este CDG, poderia manter-se no poder?
- Poder-se-ia alcançar o EFD estabelecido sem fazer cair esse CDG?
- O regime Baazista poderia se manter no poder sem este CDG?

Se as respostas listadas forem negativas, o CDG determinado era o correto, mais ainda com os fatos ocorridos que levaram à derrota de Saddam Hussein e seu regime.

Isso demonstra que a coalizão internacional conseguiu a derrocada de Saddam Hussein e do regime estabelecido tendo de derrotar essas forças como CDG no campo de batalha.

Outro aspecto a ter em conta é a importância da eleição do CDG e a boa articulação de todos os componentes das Forças Conjuntas por parte do Comandante Operacional conjuntamente com seu EM; a efeitos de reforçar esta afirmação se elegeu um infográfico comparativo das forças utilizadas na Primeira Guerra do Golfo (1991) e a Segunda Guerra do Golfo (2003) que foi apresentada por Max Boot em seu artigo “The New American Way of War” na revista Foreign Affairs⁴².

The Numbers of War				
First Gulf War, 1991				
	<i>Troops deployed</i>	<i>Casualties</i>	<i>Duration</i>	<i>Cost</i>
U.S.	500,000 (est.)	300*	48 days	\$80 billion (est.)
Allies	160,000	65†		
Second Gulf War, 2003				
U.S. and U.K.	250,000 (est.)	129**	26 days††	\$20 billion
		31		

* To hostile fire. † At least. ** 84 of these to hostile fire.
†† 21 days to the fall of Baghdad.

Figura 5- Comparação - Guerra do Golfo I e II - (Boot, 2003) pág. 43

⁴² (Boot, 2003) pág. 41-58

Podemos ver claramente as diferenças enquanto a quantidade de tropas, duração do conflito, baixas e o custo dos mesmos, o qual nos faz trazer a colocação de Milan Vego, no qual afirmava em seu Livro “Joint Operational Warfare” o seguinte: “A essência da arte operacional é ganhar decisivamente no menor tempo possível e com a menor perda de vidas humanas e materiais. (Tradução própria)⁴³.

⁴³ No original: “The very essence of operational art is to win decisively in the shortest time possible and with the least loss of human lives and material” (VEGO, Joint Operational Warfare - Theory and Practice, 2009) pág. I-6

4. FATO HISTÓRICO – CENTRO DE GRAVIDADE ERRÔNEO.

Este capítulo apresentará um fato histórico onde a má eleição do CDG, a juízo do autor, levou a não alcançar o EFD proposto para a Campanha ou Operação Maior.

Para o presente trabalho, vamos remontar ao início do século XIX, concretamente entre os anos 1806 e 1807, quando aconteceram as Invasões Inglesas no estuário do Rio da Prata. Intentar-se-á demonstrar que o CDG determinado para obter o EFD foi errado, portanto não se pôde alcançar o estabelecido pelo nível político, fim ulterior que têm as operações militares.

4.1 Um pouco de história.

Logo após a descoberta da América por Cristóvão Colombo em 1492, quem o sucedeu foram os espanhóis ou estrangeiros a serviço da Coroa. Como por exemplo, Juan Díaz de Solís, que chegou de uma navegação de 104 dias, havendo zarpado desde o porto de San Lúcar de Barrameda em oito de outubro de 1515, chegou a um estuário de água doce, denominando-o Mar Doce, o qual, posteriormente, adquiriu seu nome atual Rio da Prata. Quando tentou desembarcar junto a outros homens no Arroio das Vacas, encontrou a morte, e por sua vez a glória de ser o descobridor do Rio da Prata. Descobrir e incorporar estas terras americanas à coroa espanhola, na qual se estabeleceram um Vice-reinado e governantes, levaram a problemas de comunicação e de correspondência oficial entre ambas as costas do Atlântico. (Zicari, 2007)

Nos tempos de Carlos III (1759-1788), abordou-se o problema que existia na comunicação organizando um sistema de comboios que partiam desde Havana na travessia ao oceano Atlântico, sendo estes escoltados por navios de guerra, com efeitos de evitar os frequentes ataques que sofriam as embarcações por piratas em rota às Índias. Essas medidas não foram suficientes e foram muito precárias durante os três séculos do domínio espanhol.

Foram calculados os gastos para poder defender os territórios americanos, os quais mostraram-se proibitivos pela coroa. Logo, estabeleceram uma defesa muito precária, com carência de meios defensivos às ameaças ultramarinas.

Em 1680, uma expedição portuguesa, encabeçada por Manuel Lobo, invade ocupações espanholas e usurpa os direitos adquiridos na bacia do Mar Doce, fundando-se assim a Santíssima Colônia de Sacramento, protegida por um forte. Portugueses e espanhóis disputaram o controle da bacia do Mar Doce, em diferentes episódios.

O movimento de emancipação que se iniciou nas colônias inglesas na América do Norte, gerou uma crise entre Grã-Bretanha e Espanha, na qual se estabeleceu um estado de inimizade contra todo o hispânico, somado ao “Pacto da Família” realizado por França com Espanha entre os anos 1733-1761, sendo aliados na declaração de guerra contra Inglaterra. (Zicari, 2007)

Em 1776, Carlos III, Rei de Espanha, adicionou dois Vice-reinados, o de Nova Granada e o do Rio da Prata, ao já existente Vice-reinado do Peru a fim de reforçar a administração colonial e aumentar as rendas que provinham da América. Buenos Aires foi constituída como a capital do Vice-reinado que contrastava com Montevideú, já que havia tido um grande crescimento no último século dos principais indicadores demográficos e econômicos, e que por sua vez, se encontravam os principais políticos da região na dita cidade.

As consequências dos fatos ocorridos através da Revolução Francesa, fez, com que a Espanha ficasse em uma posição desfavorável, na qual não podia manter um intercâmbio comercial normal com as colônias, ao qual o Rei Carlos III, em 1778, ditou a “Pragmática de Livre Comércio”, o que lhes permitiu comercializar com outros portos, incrementando de forma importante a atividade comercial no Rio da Prata. Outras duas mudanças implementadas foram: a divisão do Vice-reinado em oito prefeituras e quatro províncias ou governos militares, por meio da Real Ordenança para o Estabelecimento e Instrução de Intendentes de Exército e Província.

Á época, a Base Naval mais importante da América que ostentava a Espanha era “San Felipe e Santiago de Montevideú”, que possuía uma localização geoestratégica de grande importância, sendo declarada pela Real Ordem, em agosto de 1776, como Porto Naval com categoria jurídica

e independência administrativa, sendo a função principal apoiar as possíveis operações navais da Espanha no Prata e regiões próximas. A área demarcada no Atlântico Sul para exercer jurisdição ia desde o paralelo 32° até a Antártida, contando com 11 navios. (Zicari, 2007).

Em princípios de 1797, já como comandante o Brigadeiro de Marinha José Bustamante y Guerra, foram ordenadas a edificação do primeiro píer de Montevideú, do Hospital da Marinha, do farol da Ilha de Flores e realizou-se o primeiro levantamento hidrográfico do Rio da Prata. (Luzuriaga, S.D)

A já mencionada inimizade entre Espanha e Inglaterra e as agressões contínuas que a Marinha Espanhola sofria dos navios ingleses, uma vez mais deflagra o conflito entre as partes.

Tendo por base esta situação, foi ordenado ao governador de Montevideú que conjuntamente com o Comandante de Marinha determinassem os planos de defesa do Porto de Montevideú com as embarcações existentes, como também solicitasse à Espanha os requerimentos de logísticos necessários. Foi ordenado que se enviara um navio com destino às Ilhas Malvinas (dependentes do Porto Naval de Montevideú) para informar da ameaça de guerra latente às colônias. O rei considerava muito importante, estrategicamente, Montevideú, ordenando ao Vice-rei que estivesse pessoalmente a cargo das tropas (devido aos informes dos movimentos dos ingleses), expressando-lhe mediante a emissão de reais ordens reservadas do dia 20 de março de 1781 o seguinte: “Você deve estar preparado a resistir, pondo-se para este fim, em Montevideú, com todas as forças que possa juntar, pois é isso que o rei entende conveniente e necessário”. (Zicari, 2007) pág. 15

Uma coalizão é formada por Inglaterra, Sardenha, Áustria e os Estados italianos em resposta à política de permanente agressão em direção a outras nações da Revolução Francesa, mas os triunfos obtidos por Napoleão Bonaparte na campanha da Itália, determinaram a assinatura do Tratado de Campo Formio em 17 de outubro de 1797 e a organização do Egito, com o propósito de destruir as rotas britânicas à Índia.

A situação econômica inglesa era muito complicada e a população inglesa queria o fim da guerra, ainda que se pudesse apoderar de colônias francesas, isto não foi suficiente para abater a dita crise econômica e, também, sofriam o controle de Napoleão em quase toda Europa, sem poder acessar aos mercados europeus.

Em março de 1802, se firmou a paz com a França no tratado de Paz de Amiens⁴⁴. Ainda que a Espanha fosse aliada incondicional da França e apoiassem os Estados Unidos da América, recentemente independentes da Inglaterra, aqueles estavam determinados a disputar a supremacia marítima britânica, ainda que isto tivesse um grande revés em 21 de outubro 1805 na Batalha de Trafalgar, de onde foram derrotados pela frota comandada pelo Almirante Nelson, deixando pelo caminho as aspirações de Napoleão de dominar o mar e conquistar as ilhas que estavam em poder britânico.⁴⁵ A Inglaterra surgiu como potência marítima e na medida que se foi consolidando como tal, dispõe-se na busca das conquistas que havia tomado do Império espanhol. (Zicari, 2007)

Isso se materializou com a ordem dada pelo Primeiro Ministro inglês Pitt que ordenou atacar aos navios de bandeira espanhola, sendo um fato destacado o ataque que se produziu em outubro de 1804, no cabo Santa Maria (costas de Portugal), ao comboio proveniente de Montevideu em direção à Península Ibérica, composto pelos navios “Fama, Medea, Mercedes e Flora”, que logo em combate são perseguidos pelos navios ingleses. Este incidente é repudiado pela Espanha, Europa e o Lorde Grenville, que era contrário à política belicista do Primeiro Ministro Pitt que foi materializada em Santa Maria. Em 14 de dezembro de 1804, Espanha declara guerra à Inglaterra após firmar uma aliança com a França.

Em 1805, agrava-se a situação existente. A frota inglesa bloqueia o litoral hispânico tratando de cortar o vínculo com as colônias americanas. Com o afã imperialista da Inglaterra,

⁴⁴ (AMIENS, 1802)

⁴⁵ (Dirección General de Cultura y Educación, 2006)

parte-se em direção ao Atlântico Sul, primeiro conquistando a Cidade do Cabo derrotando as forças holandesas, que ostentavam esta colônia desde 1795. A consequência de isso, o Vice-rei Marques de Sobremonde mandou que devolvessem as armas confiscadas e licenciou a milícia. Ante a isso, o Vice-rei Marques de Sobremonde mandou que devolvessem as armas confiscadas e licenciou a milícia, já que pensava que Buenos Aires não iria ser atacada devido às condições hidrográficas do rio, as quais seriam um obstáculo para os navios invasores, porque entendia que o objetivo era Montevideú, ainda que entendesse que se encontrava bem defendida, enviou reforços de 500 homens desde Buenos Aires.⁴⁶ Chegando da conquista da Cidade do Cabo, partiu-se com rumo à bacia do Rio da Prata uma frota composta por seis navios, dezenas de transportes e uma força de desembarque de 2400 infantes muito bem armados⁴⁷, a mando do General William Carr, Visconde de Beresford.

Sir Popham, conjuntamente com Beresford, convocaram uma junta de guerra para decidir qual seria o objetivo do ataque; Beresford entendia que Montevideú era o objetivo, já que considerava de grande utilidade as fortificações que possuía e iriam poder sustentar a conquista, e caso a população se sublevasse contra suas forças, entendiam que deviam se aproveitar da surpresa do ataque, para logo continuar com outras conquistas. Popham pensava que Buenos Aires era o objetivo, ele entendeu que era muito frágil a sua defesa, e que o efeito que se geraria por tomar a capital do vice-reinado seria de maior impacto na população, do que tomar uma cidade secundária.⁴⁸

Mas além de Buenos Aires, grande parte dos metais preciosos (prata) que eram extraídos na América, precisamente de Potosí, Alto Peru, eram transportados por esse porto. Esse fornecimento era essencial para a economia espanhola⁴⁹. Consideremos que Montevideú tinha

⁴⁶ (Dirección General de Cultura y Educación, 2006)

⁴⁷ (Zicari, 2007)

⁴⁸ (Dirección General de Cultura y Educación, 2006)

⁴⁹ (Junta de Estudios Históricos de Montserrat, 2004)

um valioso porto e uma superior importância militar; o abastecimento por mar desde o Brasil, às forças conquistadoras teriam podido subsistir sem os recursos locais. Outra vantagem era que a cidade estava no extremo de uma península estreita, navegável por ambas as margens, e uma vez conquistada, se poderia defendê-la de qualquer atacante que intentasse retomá-la (Albino, 2007).

Finalmente, decidiu-se por Buenos Aires devido a sua frágil oposição ao ataque e por receberem a informação de que havia chegado a Buenos Aires uma grande soma de dinheiro que tinha como destino a Espanha.

4.2 Conquista de Buenos Aires

Finalmente, em 25 de junho de 1806, as tropas comandadas por Beresford desembarcam em Quilmes com 1600 soldados de infantaria, tendo pouca resistência em Buenos Aires, já que contava com uma escassa tropa veterana para resistir ao ataque. Houve uma tentativa de interromper o ataque perto onde foi realizado o desembarque, mas era impossível impedir o avanço dos ingleses. Dois dias logo do desembarque, continuando o avanço em direção a Buenos Aires, os ingleses conseguiram tomar Buenos Aires que capitula, apoderam-se do forte para logo içar a bandeira britânica⁵⁰. Beresford tratou de conquistar o apoio da população influente, mantendo todos os funcionários em seus cargos, ratificou as leis espanholas, a devolução de todos os navios de tráfico a seus donos, livre comércio, respeito à propriedade privada, livre exercício da religião católica, reafirmando os direitos e privilégios que ostentavam até a conquista dos ingleses. Prometeu-se ao povo a proteção do governo britânico; e toda propriedade pública do governo espanhol devia ser entregue em parte à Prefeitura, sendo uma das condições dispostas. Todos aqueles que ocuparam cargos públicos foram obrigados a prestar juramento de fidelidade a sua Majestade britânica⁵¹.

⁵⁰ (Junta de Estudios Históricos de Montserrat, 2004)

⁵¹ (Dirección General de Cultura y Educación, 2006)

As mudanças começaram a fazer efeito, uma das mudanças foi o Livre Comércio, afetando a atividade mercantil, na qual os comerciantes que possuíam o monopólio reagiram e isto influirá nos preparativos para recuperar Buenos Aires.⁵² O Capitão de Fragata francês Santiago de Liniers, com ordens da coroa espanhola se transferiu para Montevidéu para organizar conjuntamente com o Governador da cidade, Pascual Ruiz Huidobro, uma expedição conquistadora, conseguindo reunir um exército de 500 soldados e 400 milicianos montevidéanos.

Em 4 de agosto, estas tropas realizam o desembarque no Porto das Conchas, marchando em direção ao centro da cidade, somando reforços para a força da Reconquista, tanto soldados quanto paisanos. Em 11 de agosto, enfrentaram-se contra tropas inglesas apostadas em um destacamento, permitindo-lhes prosseguir em direção à Praça Maior, lugar de onde se encontravam-se as tropas inglesas entrincheiradas de Beresford, com o objetivo de tomar o controle dos principais edifícios e acessos que rodeiam a citada praça. No outro dia, as forças do Capitão Liniers, que no momento tinha 4000 homens, atacam o centro da cidade em uma violenta luta contra as forças inglesas, buscando refúgio no Forte. Mais tarde, ajudados pela neblina do momento, as forças seguiram avançando, evitando fogo inglês, chegando ao redor da Praça Maior, dobrando as forças inglesas no caminho em diferentes ações que os levaram a reconquistar a cidade por parte dos soldados, milicianos e o apoio voluntarioso de seus habitantes⁵³. Depois de 46 dias de ocupação inglesa, em 12 de agosto de 1806, os ingleses a cargo de Beresford reconhecem a derrota, içando a bandeira branca, seguidamente, a bandeira espanhola.

⁵² (Junta de Estudios Históricos de Montserrat, 2004)

⁵³ (Junta de Estudios Históricos de Montserrat, 2004)

Conhecidos os fatos da reconquista de Buenos Aires, o Rei de Espanha outorgou a Montevideu o título da “MUY FIEL Y RECONQUISTADORA”, frase que se utilizaria no Escudo de Armas, adicionando as bandeiras inglesas abatidas nessas ações, com uma coroa de oliva sobre o morro, que representa o morro de Montevideu, contendo o estandarte das Reais Armas, uma folha de palma e uma espada.



Figura 6- Brasão de Armas Montevideu (Zicari, 2007) pág. 25

4.3 Segunda tentativa de Invasão (Montevideu-Buenos Aires)

A expansão de Napoleão na Europa, que buscava o bloqueio continental, afetava o comércio do continente de forma muito importante, somado ao fechamento ao comércio britânico, acelerou os planos da Inglaterra da conquista dos mercados na América do Sul. Não esqueçamos que os interesses econômicos e políticos, assim como a importância geoestratégica do Rio da Prata ainda estavam nos planos dos britânicos, pelo que se decide por uma segunda invasão ao Vice-reinado do Rio da Prata, comandada por Samuel Auchmuty e Robert Craufurd⁵⁴. Nesse caso, foi eleita Montevideu para ser tomada primeiro, como entendia Beresford que era o melhor objetivo, pelas vantagens que esta cidade oferecia, para logo seguir a Buenos Aires. A esquadra inglesa com 6000 efetivos a mando de Auchmuty intima a Montevideu para que se renda, o que foi rechaçado, pelo que se opta por realizar um ataque contínuo com 80 embarcações, que dão suporte às forças de desembarque que avançaram em direção à cidade murada. O bombardeio dá seus frutos, ao haver concentrado fogo sobre um ponto da muralha, conseguiu abrir uma brecha para o ingresso das tropas inglesas. Finalmente, Montevideu cai em 3 de fevereiro de 1807, obrigando ao seu Governador Ruiz Huidobro render-se e içar a bandeira britânica na Cidadela de Montevideu (Zicari, 2007). Diante desses

⁵⁴ (Junta de Estudios Históricos de Montserrat, 2004)

fatos, Buenos Aires estava preparada para repelir os iminentes ataques ingleses, que buscavam tomar o total controle do Vice-reinado. Um General é quem chega ao Rio da Prata para assumir como Comandante em Chefe de todas as forças britânicas na América do Sul e Governador de todos os territórios conquistados.

Lança-se sobre Buenos Aires com suas tropas reforçadas e apesar de ir avançando em diferentes combates, encontram uma grande resistência das tropas de Buenos Aires, que terminam derrotando os ingleses, fazendo-os firmar a rendição e devolver o controle de Montevideú novamente. Em 9 de setembro de 1807, os ingleses abandonam definitivamente o Rio da Prata, com rumo a suas terras.

4.4 Análise operacional (Centro de Gravidade)

Este é um conflito produzido nos inícios do século XIX e as definições que manejamos hoje em dia não existiam, todavia, os objetivos da guerra e na guerra já existiam, bem como vencedores e derrotados.

Para o caso histórico eleito para o presente trabalho, entendemos como EFD político da Inglaterra era arrebatado o Vice-reinado do Rio da Prata das mãos da Coroa Espanhola, principalmente para alcançar o controle total das riquezas da região, a posição geoestratégica e Montevideú, cidade que era a chave para controlar o Rio da Prata e, por conseguinte, controlar a hoje chamada Bacia do Prata, e adquirir um valioso mercado comercial para suas indústrias, dando-lhe um golpe estratégico de dimensões importantes à Espanha.

Montevideú dava à Coroa de Espanha o controle da Bacia do Prata, dos acessos a diferentes rios, principalmente a Bacia do Paraná e, quem controlasse Buenos Aires, controlaria o Caminho Real que permitia desde esta cidade, chegar a Lima, Peru, capital do Vice-reinado espanhol nessa região, onde existiam as maiores riquezas que eram enviadas à Europa, sendo este o fim ulterior dos ingleses. A importância para Espanha de Montevideú fica demonstrada

em 1776, com a instalação de seu Porto Naval de onde apoiava todas as suas operações na região.

O autor entende que Popham e Beresford, ainda que em discordância, elegeram como Centro de Gravidade da conquista do Vice-reinado do Rio da Prata a Buenos Aires, entendendo que sua frágil defesa, sem fortificações consideráveis e tropas mal preparadas, lhe dariam um rápido triunfo e que submetendo a capital, geraria maior impacto em seus cidadãos do que conquistar a Montevideú.

Contrariamente ao eleito, o autor entende que o verdadeiro Centro de Gravidade do Vice-reinado do Rio da Prata era Montevideú, no qual estava instalado o Porto Naval espanhol com seus navios, sendo sua maior base naval no Atlântico Sul (fornecendo proteção a Buenos Aires e a região), as fortificações que possuíam e que poderiam ter ajudado a sustentar a conquista (como pensava Beresford), a posição geoestratégica na região com uma península estreita que se podia defender quem intentasse reconquistá-la e, por último, sua população que, com suas atitudes desconhecidas pelos ingleses, a qual derrotou em Buenos Aires os ingleses, reconquistando a capital do Vice-reinado, devolvendo-o às mãos dos espanhóis.

Podemos afirmar que se Montevideú fosse conquistada primeiro, o vice-reinado haveria passado às mãos dos ingleses em sua totalidade?

Certamente não podemos, seria escrever uma ucronia por parte do autor, mas baseado nos argumentos dados, somado ao que ingleses pouco tempo depois, concretamente seis meses mais tarde, buscaram somar reforços provenientes de outros lados, foram atacando diretamente a Montevideú, já que, empiricamente, comprovaram que não alcançavam a conquista da capital do Vice-reinado, decidiram pela cidade com o principal porto do Vice-reinado, mas já haviam perdido a surpresa, e principalmente, tanto Buenos Aires quanto Montevideú, haviam preparado muito melhor as suas defesas, tanto em material quanto o estabelecimento de exércitos regulares e milícias melhor preparadas.

Fazendo menção ao expressado por Milan Vego⁵⁵, eleger bem o CDG aumenta significativamente as chances de cumprir com os objetivos de forma muito mais rápida, efetiva, dando-lhe um uso melhor aos meios disponíveis, e o principal, menos perdas de vidas humanas possíveis. O fato histórico relatado nos demonstra o contrário, na primeira invasão foram com cerca de 1800 homens, na segunda foram com 11000, para poder conquistar o EFD que, finalmente, não foi conquistado, ainda que se tenha elegido Montevideu para atacar em segunda instância.

Mas fazemos uma nova pergunta: era Montevideu, na segunda invasão, o CDG realmente? Difícil de responder, porque o ambiente operacional havia mudado, as condições militares, a preparação das forças regulares e das milícias, pelo qual as defesas tanto de Montevideu, quanto de Buenos Aires haviam mudado.

Por último, o principal, a força moral e determinação da população do Rio da Prata que era outra muito diferente e fortalecida, pois sabiam que com pouca preparação haviam conseguido expulsar os ingleses de Buenos Aires. Por que não o fariam novamente?

Por todo o exposto anteriormente, entende -se que por haver determinado mal, em primeiro momento, o CDG do inimigo, finalmente não se pôde alcançar e sustentar o EFD político, objetivo final de toda campanha militar

⁵⁵ (VEGO, Joint Operational Warfare - Theory and Practice, 2009)

5. CONCLUSÕES

Finalizando nosso trabalho, destacamos que, para a realização deste, foram escolhidos diferentes teóricos reconhecidos mundialmente, que têm desenvolvido diferentes definições sobre a Arte Operacional, o Desenho Operacional, com seus elementos constitutivos, como também ferramentas para sua determinação e métodos de análise, principalmente enfocados no Centro de Gravidade, foco de nosso trabalho.

Exploraram-se diferentes Doutrinas dos principais países que as têm desenvolvido, em base a constante análise de seus teóricos, em suas Escolas de Guerra, baseados na participação nos últimos conflitos em diferentes regiões do mundo, tomado as lições aprendidas em cada um deles.

O presente trabalho teve como propósito, responder a seguinte pergunta levantada ao início deste:

Para o êxito em uma campanha militar, é tão importante a correta eleição do Centro de Gravidade no PPC?

Para respondê-la, o autor se baseou na análise dos fatos históricos de relevância na história, em diferentes séculos, na qual tiveram diferentes desenlaces, tendo uma importância destacada o conceito de Centro de Gravidade.

Os recursos humanos e materiais são limitados sempre, ainda considerando grandes potências militares, os recursos não são infinitos como o tempo, devendo otimizar seu uso ao máximo.

Cada Comandante Operacional, enfrentará contra um oponente em um espaço físico e temporal determinado, em um ambiente operacional volátil, incerto, complexo e ambíguo, oponentes, como já destacamos, oponentes não tradicionais, o que faz muito mais complexas as soluções aos conflitos.

Outras das considerações para ter em conta, é que o Comandante Operacional deverá interagir entre o nível estratégico e o nível tático, sendo onexo entre ambos os níveis, o qual podemos defini-lo como o tradutor das vontades políticas em ações militares, que levam a alcançar o Estado Final Desejado ao finalizar dessas ações, conjuntamente com as desenvolvidas pelos demais poderes nacionais.

É transcendente que o Comandante Operacional e seu Estado Maior, tenham uma cabal compreensão do ambiente operacional e do problema em seu conjunto, analisando todas as relações entre todos os atores diretos e indiretos do conflito, já que disso dependerá o êxito da campanha, podendo elaborar as diferentes linhas de operações que ataquem o Centro de Gravidade do inimigo, o qual, uma vez afetado e desabilitado, poderemos atingir os objetivos operacionais, e conseqüentemente contribuir com o Estado Final Desejado.

Esse Centro de Gravidade inimigo, ao qual devemos dirigir nossas forças e nossas ações, será o que nos dá êxito na campanha, e protegendo do inimigo o próprio Centro de Gravidade, será o que nos dará a fortaleza para dobrar ao oponente.

No caso da Operação “Iraqi Freedom”, ficou claramente demonstrado que a determinação do Centro de Gravidade das forças de Saddam Hussein, que o sustentava no poder, era a correta, já que, uma vez atacadas as vulnerabilidades críticas iraquianas, afetou-se este Centro de Gravidade, levando à derrota de seu líder e do regime estabelecido.

Como foi destacado no capítulo 3, a boa articulação de todos os componentes militares das forças conjuntas, dirigindo-se em diferentes linhas de operações, contra o correto Centro de Gravidade, levou a uma campanha rápida com menos recursos humanos e materiais, e o mais importante, menos perdas humanas, algo tão questionado nos países de origem das forças combatentes.

Para o caso das Invasões Inglesas, podemos dizer que, embora os conceitos desenvolvidos no capítulo dois não fossem conhecidos, podemos afirmar, baseado no descrito, foi mal eleita essa “entidade primária que possui a capacidade inerente para alcançar o objetivo”, como o definiu Eikmeier, entidade, segundo o entendimento do autor do presente trabalho, tratando de demonstra-lo no capítulo quatro, era Montevideú, e não Buenos Aires como finalmente se elegeu atacar, para poder tomar o controle do vice-reinado do Rio da Prata, que estava sob controle espanhol, algo que foi alcançado muito parcialmente, devido que em poucos dias perderam o que se havia conquistado.

Para este caso, deixamos uma frase de Sun Tzu “alcançar a vitória é fácil; preservar seus frutos, difícil”, no entendido, que foi que aconteceu aos ingleses nas Invasões no Rio da Prata.

Para finalizar, respondendo à pergunta enunciada para o presente trabalho sobre a importância da determinação do Centro de Gravidade, o autor entende que sim, é importante determinar corretamente o Centro de Gravidade no Processo de Planejamento Conjunto, devido que uma má eleição, nos levará a desenvolver uma campanha, acionando todos nossos recursos humanos e meios, contra uma entidade primária errônea, provocando uma ineficácia, que nos levará a mal gastar esses recursos finitos, sem chegar a contribuir com o Estado Final Desejado, fim maior de nossas ações.

REFERÊNCIAS

- AJP-01 ALLIED JOINT DOCTRINE EDITION E. (2017). *AJP-01 ALLIED JOINT DOCTRINE EDITION E NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION*.
- Albino, O. (2007). LA INVASIÓN INGLESA AL RÍO DE LA PLATA. *Boletín del Centro Naval*, 23-44.
- AMIENS, T. D. (27 de 03 de 1802). *Organización de los Estados Americanos*. Fonte: <https://www.oas.org/sap/peacefund/belizeandguatemala/historicDocs/Treaty%20of%20Amiens%201802.pdf>
- Boot, M. (2003). The New American Way of War. *Foreign Affairs*, 41-58.
- Clausewitz, K. V. (1984). *Da Guerra. Tradução para o inglês, Michael Howard e Peter*. (C. (. Tradução do inglês para o português, Trad.) Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- Cordesman, A. (2003). *The Lessons of the Iraq War*. Washigton, DC: Center for Strategic and International Studies .
- Dirección General de Cultura y Educación. (2006). BICENTENARIO DE LA RECONQUISTA DE BUENOS AIRES 1806-2006. Em D. G. Educación, *BICENTENARIO DE LA RECONQUISTA DE BUENOS AIRES 1806-2006*. Buenos Aires, Argentina: Publicación digital: Dirección de Producción de Contenidos .
- Eikmeier, D. (2010). Redefining the Center of Gravit. *Joint Force Quarterly*, 156-158.
- Eikmeier, D. (2018). El centro de gravedad ¿Aún relevante después de todos estos años? . *MILITARY REVIEW* , 73-80.
- EL PAIS. (30 de 12 de 2006). *EL PAIS DE MADRID*. Fonte: https://elpais.com/internacional/2006/12/30/actualidad/1167433205_850215.html
- Franks, T. (2006). *American Soldiers*. HarperCollins.
- Howe, R. A. (2015). Educación para la Defensa desde la perspectiva de la US Naval War Collegue. *Revista de la Escuela Superior de Guerra Naval - Perú*, 54-59.
- Iron & Strange. (1996). *UNDERSTANDING CENTERS OF GRAVITY AND CRITICAL VULNERABILITIES PART 2*. Marine Corps University.

- Jacques Baute. (2004). Cronología del IRAK. *BOLETÍN DEL OIEA N° 46/1*, 64-68.
- Joint Warfare Publication 5-00 U.K.* (2004). SWINDON, UK.
- JP-1 Chairman of the Joint Chiefs of Staff (CJCS). (2013). *JP-1 Doctrine for the Armed Forces*.
- JP-5 Chairman of the Joint Chiefs of Staff (CJCS). (2017). *JP-5 Joint Planning*.
- Junta de Estudios Históricos de Montserrat. (2004). Las Invasiones Inglesas. *Cronista Mayor de Buenos Aires*, 1-4.
- Leskovich, J. (2006). *An Operational Center of Gravity Analysis of Operation Iraqi Freedom*. Newport: Naval War College.
- Luzuriaga, L. J. (S.D). *UN EPISODIO DE LAS GUERRAS NAPOLEÓNICAS EN EL RÍO DE LA PLATA: LA DEFENSA DE BUENOS AIRES Y MONTEVIDEO EN 1806 Y 1807*. MONTEVIDEO: INSTITUTO MILITAR DE ESTUDIOS SUPERIORES.
- PDC-01, D. p. (2018). *ESTADO MAYOR DE LA DEFENSA - ESPAÑA*.
- Pertusio, R. (2005). Niveles de conducción en el ámbito militar. Em R. Pertusio, *Estrategia Operacional* (p. 20). Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales.
- Thomé, P. (2006). The Role of Information Operations in Strategy, Conventional War and Low Intensity Conflict. *IO SPHERE JOURNAL*, 40-43.
- Training, D. (2013). *Insights and Best Practices - Joint Operations J7*. Suffolk, VA.
- US NAVY, D. O. (2013). *NWP 5-01 NAVY PLANNING*. NORFOLK, VA: Navy Warfare Library.
- VEGO, M. (1998). *ARTE OPERACIONAL*. GUAYAQUIL, ECUADOR: ACADEMIA DE GUERRA GUERRA NAVAL - ECUADOR.
- VEGO, M. (2009). *Joint Operational Warfare - Theory and Practice*. Newport, Rhode Island, US: Naval War College.
- Zicari, C. E. (2007). *Invasiones Inglesas al Río de la Plata*. ARMAS Y LETRAS.